REVISTA COMCIÊNCIA
ISSN 2595-1890 [Online] – ISSN 1807-0124 [Impresso]

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO

INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN ELEMENTARY EDUCATION: REFLECTIONS FROM THE INTERNSHIP

Danilo Lopes de Oliveira[a]
ORCID: 0009-0005-8114-0201
Lucas Tarcísio Rodrigues da Trindade[a,*]
ORCID: 0009-0003-1445-3975
Jany Rodrigues Prado[a]
ORCID: 0000-0003-4035-0921
Telma Jaíne da S. C. T. Bomfim[b]
ORCID: 0009-0005-4892-7192

[a] Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Guanambi, BA, Brasil
[b] Centro de Apoio Pedagógico Especializado de Caetité (CAPE) – Caetité, BA, Brasil
[*]Autor de correspondência: Lucas Tarcísio R. da Trindade – E-mail: lucastarcisioprofissional77@gmail.com

RESUMO:
Este trabalho refere-se a um estágio curricular desenvolvida no curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus XII da UNEB, o qual tem como uma de suas finalidades complementar a formação dos acadêmicos. Ele oferece a oportunidade de vivenciar a prática de maneira indissociada da teoria, ao mesmo tempo em que permite o contato com o campo de atuação. Durante esse processo, os estudantes podem observar e participar das experiências do ambiente escolar bem como das práticas pedagógicas. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as vivências do estágio realizado em uma turma de 3° ano em uma escola da rede municipal de Guanambi/Bahia com ênfase em analisar como ocorre o planejamento pedagógico voltado para o processo de inclusão das crianças com deficiência. Para isso, aborda-se algumas considerações acerca das práticas pedagógicas realizadas na instituição e como elas contribuem durante o processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa também possibilitou tecer discussões sobre a importância do estágio como pesquisa para a formação de futuros profissionais, bem como levantar algumas indagações que nos fazem pensar em metodologias e práticas que de fato contribuam para a formação integral das crianças com deficiência.
Palavras-chave: práticas pedagógicas; formação docente; ensino-aprendizagem; gestão escolar; inclusão.

ABSTRACT:
One of the purposes of the internship is to complement the training of academics. It offers the opportunity to experience practice in a way that is inseparable from theory, while at the same time allowing the first contact with the field of activity. During this process, students can observe and participate in the experiences of the school environment as well as pedagogical practices. In view of this, the present work aims to present the experiences of the internship carried out in a 3rd year class in a municipal school in Guanambi/Bahia with an emphasis on understanding how pedagogical planning takes place aimed at the process of inclusion of children with disabilities. To this end, we address some considerations about the pedagogical

practices carried out at the institution and how they contribute during the teaching-learning process. The research also made it possible to discuss the importance of internships as research for the training of future professionals, as well as raising some questions that make us think about methodologies and practices that actually contribute to the comprehensive training of children with disabilities.
Keywords: pedagogical practices; teacher training; teaching-learning; school management; inclusion.

Introdução

O estágio nos anos iniciais é um momento de suma importância para a vida acadêmica. Por meio dele, é possível superar a dicotomia entre teoria e prática, permitindo que o estudante vivencie experiências dentro do seu futuro campo de atuação. Assim, entende-se que o estágio se configura como um processo complementar essencial para a formação acadêmica ao proporcionar o contato com os alunos, o ambiente, a rotina escolar e a compreensão de como ocorre o trabalho pedagógico. De acordo com Pimenta e Lima (2006), o estágio possui uma importância na preservação holística da teoria e da prática já que, durante os cursos de formação, o estagiário tem a oportunidade de utilizar os conhecimentos adquiridos para compreensão das práticas de ensino-aprendizagem. Sendo assim, esses dois elos devem estar entrelaçados, ratificando a premissa de que a teoria é indissociável da prática.

Com o intuito de formar um profissional que seja crítico, reflexivo e consciente da sua prática pedagógica - a qual acontece dentro dos espaços em que ocorre a manifestação do saber -, o estágio como pesquisa pode ser definido como uma prática teórica de conhecimento da práxis do ensinar e envolve as seguintes etapas: estudo, análise, problematização, reflexão e soluções (Cunha; França, 2019). Isso também faz parte da própria investigação científica, pois os seus resultados irão contribuir para a destruição de mitos, estereótipos e narrativas que causam o falseamento da prática educativa. Em tempos em que, cada vez mais, as narrativas e os mitos se espalham pela sociedade, a Educação - enquanto ciência - tem o dever de problematizar o processo formativo na contemporaneidade que tem colocado o capital em posição superior ao humano.

Em se tratando do papel docente no processo de ensino-aprendizagem, é importante frisar que, para além de outras atribuições, esse profissional atua enquanto mediador das atividades desenvolvidas durante as aulas, no planejamento e na sistematização de práticas pedagógicas voltadas a atender às necessidades e especificidades de todos os alunos e, para além, que ainda atendam às diversas crianças que apresentam alguma deficiência e, em virtude disso, requerem uma atenção maior, utilização de recursos diferentes, atividades individuais que respeitem o seu ritmo e as suas especificidades, dentre outros.

Nesse sentido, um documento pedagógico muito importante que as escolas devem ter é o Plano Educacional Individualizado (PEI), desenvolvido pelo professor, pela gestão escolar, pelos alunos e por um profissional especializado. Esse documento, dentre outras incumbências, visa apresentar o histórico escolar do aluno, suas peculiaridades, dificuldades e necessidades, de modo que tais informações contribuam de maneira significativa na elaboração de propostas que intencionam atender Pessoas com Deficiência (PcDs).

Diante do exposto, buscou-se discutir sobre o processo de ensino-aprendizagem e o trabalho pedagógico direcionado às crianças com deficiência a partir de algumas questões observadas no período de estágio, dentre elas: Como ocorre o planejamento pedagógico e a organização das práticas inclusivas, considerando a participação das crianças, o uso da ludicidade e a presença de assistentes? Qual é o papel e a formação dos professores, coordenadores e da gestão no desenvolvimento das atividades voltadas para essas crianças? Essas foram as principais indagações que motivaram e orientaram o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, além desta seção introdutória, o trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a metodologia, na qual descrevemos o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, na seção "A gestão e o colegiado escolar perante as práticas pedagógicas inclusivas", discutimos a organização do trabalho pedagógico. Posteriormente, em "Um olhar sobre as experiências do estágio e as práticas pedagógicas", abordamos as experiências decorrentes da observação e da regência compartilhada. Na sequência, nas considerações finais, retomamos os objetivos, destacamos os principais pontos discutidos e apresentamos a conclusão da pesquisa. Por fim, são apresentadas as referências que fundamentaram o trabalho.

Percurso metodológico

A pesquisa desenvolvida integra uma das ações do estágio que, mesmo ocorrendo em um contexto mais amplo, necessitou da definição de categorias específicas para entendermos o fenômeno da inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar.

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa por possuir as seguintes características:

> [...] é válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais descriminantes, visto não estar ligado enquanto análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis (Bardin, 2016, p. 141).

Assim, necessitou-se de uma pesquisa restrita sobre como ocorre o processo de inclusão das crianças com deficiências na sala de aula e em outros ambientes, principalmente na turma de 3° ano da escola da rede municipal de Guanambi/Bahia, lócus da pesquisa. E, para isso, inserimo-nos nas salas de aula por meio da observação e da regência compartilhada. O primeiro período se deu entre os dias 08/04 e 12/04 de 2024, perfazendo carga horária de 20h; já o segundo momento aconteceu entre os dias 22/04 e 08/05, com um total de 40h. Tanto a observação quanto a regência contribuíram de maneira significativa para a pesquisa, por meio das percepções e relações estabelecidas.

Dessa maneira, a fim de sanarmos algumas dúvidas a respeito do tema, propusemos uma entrevista estruturada por meio de um questionário desenvolvido na plataforma *Google Forms*, visto que não foi possível realizar uma entrevista semiestruturada com os professores em consequência da indisponibilidade de horário para realização da proposta. O formulário foi enviado pelo WhatsApp e através do e-mail do coordenador e de uma das professoras da instituição.

Sobre a entrevista estruturada para esta pesquisa, os autores Marconi e Lakatos (2003, p. 212) reafirmam que a "entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto". Sendo assim, por ser bastante utilizada na investigação social e possuir diversas formas de utilização, o trabalho resultou em um roteiro, o qual visou promover a liberdade do entrevistador em discutir de forma informal e mais ampla o assunto. Algumas perguntas foram produzidas em decorrência das problematizações do tema durante o período de observação e intervenção do estágio. As perguntas foram: 1 - Como é organizado o colegiado escolar? Como são organizadas as reuniões? Há a participação de todos os membros? 2 - Quais são as estratégias pedagógicas adotadas para garantir a aprendizagem e a inclusão das crianças PcDs? 3 - Como é elaborado e utilizado o Plano Educacional Individualizado- PEI dos alunos PcDs? Por meio das respostas da entrevista, foi possível identificar as práticas pedagógicas para com as crianças com deficiência na instituição onde ocorreu o estágio.

Para preservarmos a identidade dos envolvidos, optamos por utilizar os nomes de personagens que são mais recorrentes nos desenhos e filmes que atendem ao público infantil; "Buzz" para as respostas do coordenador e "Florzinha" para as respostas da professora. Para mais, utilizamos como base teórica os textos discutidos durante as aulas de Estágio e Pesquisa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão Educacional e Educação Inclusiva.

A gestão e o colegiado escolar perante as práticas pedagógicas inclusivas

As discussões sobre o processo de inclusão são amplas e adquire maior complexidade à medida que cada vez mais crianças com deficiência necessitam ser inseridas em determinados espaços, principalmente no âmbito educacional. Ao restringirmos nosso foco nas práticas pedagógicas desenvolvidas pela instituição lócus da pesquisa e os processos de inserção das crianças com deficiência nas atividades propostas, é necessário identificarmos em que medida o colegiado escolar, a gestão e os demais membros participam ativamente do planejamento.

As pesquisas têm apontado o ambiente escolar como importante para o ensino-aprendizagem, embora existam dois outros elementos necessários nesse processo: a democracia e participação. De acordo com Silva (2021, p. 26), também "são condições fundamentais para o bom andamento da gestão escolar que visa, como princípio básico, à formação crítica, reflexiva e participativa dos cidadãos e cidadãs que fazem parte da referida comunidade escolar". Desse modo, o papel da gestão é importante enquanto promove, juntamente com o colegiado, professores e demais membros da instituição, as práticas pedagógicas que visam à formação integral e a inclusão, ou seja, a garantia de que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade, respeitando a diversidade e atendendo às necessidades educativas individuais. "É através da gestão que a instituição escolar consegue ter o rumo necessário para desempenhar suas atividades" (Correia; Silva, 2022, p.438). A democracia, nesse processo, estabelece e fortifica relações. Assim, a gestão escolar democrática e participativa torna-se fundamental uma vez que envolve toda a comunidade no processo educacional, desde o estabelecimento de objetivos até a solução de problemas e a execução de planos e propostas.

Em se tratando do colegiado na escola em que foi desenvolvida a pesquisa, os membros são novos e foram empossados recentemente. Esse órgão "geralmente é constituído por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários" (Gadotti; Romão, 2001 *apud* Benevides, 2007, p. 27). Quando questionamos sobre a organização do colegiado, não conseguimos uma resposta completa. No entanto, no que se refere às reuniões e ao planejamento pedagógico, ficou evidente que

> As reuniões coletivas, denominada AC coletiva, acontecem uma vez ao mês. É um momento em que a comunidade docente, a coordenação/gestão reúnem para discutir tudo acerca do administrativo e do pedagógico. Um instante para as tomadas de decisões e deliberações (Relato de "Buzz", 2024).

Acreditamos que é nesse momento que são postos em pauta os caminhos, desafios, metas e estratégias para garantir a aprendizagem das crianças PcDs. São inúmeras questões

observadas nesse processo, desde a entrada na sala de aula, os momentos de interação coletiva, o desenvolvimento das atividades propostas até a saída da instituição, não deixando escapar que é preciso se atentar e verificar em que medida os direitos desses estudantes estão sendo garantidos. Segundo a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), em seu Art. 27º, é direito da pessoa com deficiência o acesso a um

> sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Nesse viés, o papel do docente enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem é buscar, juntamente com a gestão e o colegiado, meios para incluírem as crianças com deficiência nas propostas pedagógicas, respeitando suas necessidades e visando à formação integral. Na entrevista, ficou clara a preocupação em promover meios para que a lei de inclusão e inserção seja cumprida.

A educação inclusiva baseia-se na filosofia de aceitar e reconhecer a diversidade na escola, assegurando o acesso, permanência, participação, aprendizagem dentre outros, independentemente de diferenças individuais. Isso implica em adaptações para atender às diferentes necessidades de aprendizagem de cada aluno. Contudo, para Carvalho (2008 a*pud* Marcelino, 2012, p.9), "a inclusão vai muito além de adaptar espaços para receber crianças com necessidades especiais". É preciso propor momentos de interação entre os estudantes, espaços de diálogos e promover práticas educativas voltadas para esse assunto.

Quando falamos em inclusão, frisamos que esta não pode ser confundida com integração. Não seria o correto a adaptação da criança ao ambiente, mas sim a adaptação do ambiente à criança, ou que este seja construído pensando nelas. Ainda de acordo com Marcelino (2012, p.10), "pensando neste aspecto, o espaço arquitetônico das escolas inclusivas deve ser acolhedor, aconchegante e seguro para receber a criança com necessidade especial, garantindo a ela maior autonomia para vivenciar todo esse espaço que lhe está sendo oferecido". Ou seja, é propor um ambiente dinâmico e integrativo para todos.

Ao ser questionada acerca das estratégias pedagógicas adotadas para garantir a aprendizagem e a inclusão das crianças PcDs, a professora defendeu, significativamente, que

> Todo corpo escolar trabalha no processo de acolher, garantir a permanência e a qualidade na aprendizagem. Os professores participam de formação continuada oferecido pela secretaria de educação ao longo de todo ano letivo. Os professores planejam juntos os componentes, habilidades e estratégias a serem trabalhados. As estratégias são desde atividades com fontes ampliadas, adaptadas, materiais móveis e

> concretos, jogos e brincadeiras entre outros de acordo as necessidades de cada aluno (Relato de "Florzinha", 2024).

Nesse sentido, percebemos que a instituição é uma unidade escolar que promove situações para que todos os profissionais se aperfeiçoem e moldem sua prática. A formação continuada "é um caminho imprescindível para lutar contra as mazelas e desafios educacionais" (Serpa *et al*., 2020, p. 551). É a partir dela que os professores podem se preparar para lidar com situações que envolvem a aprendizagem das crianças com deficiência.

Apesar de afirmarem que são propostos momentos com atividades lúdicas, envolvendo jogos e brincadeiras, na semana de observação, não as identificamos dentro do planejamento das aulas. Todavia, durante as sextas-feiras, sempre é dedicado um tempo a mais durante o intervalo para realização da "hora da música"; momento em que muitas crianças dançam, se divertem e interagem. Esse momento coletivo possibilita a troca de diálogos e experiências.

Embora recebam ajuda e formação por parte da Superintendência de Ensino e Apoio Pedagógico (SEAP) e da coordenação durante o planejamento do trabalho pedagógico, nota-se que ainda existem muitos desafios a serem superados. Dentre eles, destaca-se estrutura física da instituição, a falta de materiais pedagógicos e a precarização do trabalho docente que pode ser caracterizada como a longa e exaustiva jornada de trabalho por parte dos professores e coordenadores. Esses fatores implicam diretamente na dificuldade em preparar aulas dinâmicas e desenvolver novas práticas pedagógicas.

Diante do exposto, o papel da gestão e do colegiado escolar perante as práticas pedagógicas inclusivas no espaço em que foi realizado o estágio se configura por meio de reuniões de AC, em que os professores, coordenadores e demais membros se encontram para traçar estratégias, objetivos e metas a serem alcançadas, ou seja, o planejamento pedagógico voltado para a inclusão de crianças com deficiência ocorre de modo significativo e sempre pensando no melhor a ser oferecido para todos os alunos. São ofertados aos professores a formação continuada com o intuito de complementar os seus conhecimentos e ajudá-los a lidarem com determinadas situações, até mesmo no caso das crianças PcDs que, apesar das limitações, nem sempre são evidenciadas a sua participação e interação nas propostas.

Um olhar sobre as experiências do estágio e as práticas pedagógicas

Ao tratarmos a escola enquanto uma instituição que contribui para a formação de indivíduos, logo nos intrigamos a pensar em como ocorrem as relações entre a gestão, coordenação, professores e os próprios alunos com aqueles que possuem alguma deficiência. Entendemos que esses demandam uma atenção maior e necessitam de fato de uma educação

que priorize atender às suas necessidades e especificidades. Cavalcanti (2014, p.1017) aponta que

> O desenvolvimento de alunos com necessidades especiais ocorre mediante alternativas distintas visualizadas pelos gestores e educadores escolares, que distinguem a importância de desenvolver a aprendizagem adaptando seus conhecimentos em suas ações educacionais, para que assim, os conhecimentos desses alunos se tornem idênticos e com o mesmo grau dos outros alunos.

Ou seja, é por meio da gestão e todo o corpo docente que as práticas educativas devem ser pensadas e desenvolvidas. A inclusão das crianças com deficiência deve iniciar desde a Educação Infantil, pois é a possibilidade de fazer com que elas comecem desde cedo a adentrar nesses espaços, buscando o desenvolvimento da sua autonomia, pensamento crítico e sua cidadania. Para que isso ocorra, é preciso que a escola seja inclusiva, como determina a Declaração de Salamanca ao afirmar que

> O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (Salamanca, 1994).

É preciso buscar meios de incluir, não integrar, ou seja, adaptar o ambiente para as crianças ou já construí-lo pensando nelas. Como diz Mantoan (2015, p.68), “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos” e, a partir disso, entendemos o papel fundamental que ela possui na formação dessas crianças. Em concordância, o Projeto Político Pedagógico-PPP da escola em questão enfatiza que ela “deve promover a educação de todos, optando por práticas que levem em conta as necessidades específicas e que não apenas insiram os alunos nas classes comuns, mas que possibilitem o seu desenvolvimento integral” (Guanambi, 2023, p.20).

Em se tratando do estágio, no período de observação, foi evidenciado que as aulas ainda seguem adotando alguns critérios tradicionais como: cadeiras organizadas em filas, utilização dos livros didáticos e o foco no livro Prosseguir. Identificamos também que, apesar dos esforços dos professores em incluírem os alunos com deficiência nas práticas pedagógicas desenvolvidas, eles ainda possuem dificuldades de participação e aprendizagem. Nesse contexto, embora haja apenas uma criança com laudo, percebemos que possuem outras que estão em avaliação, o que nos levou a observar comportamentos frequentes em que elas se

dispersavam, levantavam-se das cadeiras, conversavam, brincavam e brigavam durante as aulas.

A partir disso, pensamos em como desenvolver um planejamento pedagógico voltado para o processo de inclusão desses alunos, isto é, com atividades lúdica e com utilização de recursos e materiais não estruturados. Maranhão (2005), destaca o pensamento de Vygotsky, enfatizando que a brincadeira é uma atividade social na qual possibilita que a criança construa sua personalidade e compreenda a realidade da qual faz parte; ou seja, a brincadeira é vista como um processo e uma atividade social infantil. Assim, desenvolvemos o planejamento da regência compartilhada de acordo com essa perspectiva. Construímos jogos, maquetes, painéis, desenhos e outras atividades, sempre buscando envolver os alunos com dificuldades, seja de interação ou de aprendizagem.

Em conversa com os professores, selecionamos alguns conteúdos programáticos de revisão, principalmente relacionados às disciplinas de Língua Português e Matemática. Desenvolvemos as metodologias pensando na inclusão e participação de todos. Posto isso, na aula de Matemática, trabalhamos adição, subtração e medidas de tempo e, nas aulas de Português, discutimos alfabeto, ordem alfabética e separação de sílabas. Sobre as demais disciplinas, em Ciências, trabalhamos os animais e ciclo de vida; História e Geografia: paisagem e patrimônio histórico; Artes: músicas; Educação Física: esportes de invasão e outras práticas esportivas; por fim, em Interculturalidade, realizamos uma aula-passeio no patrimônio histórico da cidade de Guanambi “Casa de Dona Dedé”. É importante frisar que, para além das questões teóricas, utilizamos jogos, brincadeiras e o material dourado oferecido pela instituição, a fim de facilitar a compreensão e a participação de todos os alunos, incluindo as crianças com deficiência.

Foi possível notar a participação e a interação dos alunos com as práticas propostas, dentre elas, desenvolvemos um “bingo silábico” e um “Caça Letras” nos quais trabalhamos o alfabeto e as sílabas; uma “Trilha Matemática” que serviu para discutirmos os problemas envolvendo adição e subtração, e trabalhamos também com as medidas de tempo, em que dispusemos de algumas amostras de calendário. Além disso, apresentamos instrumentos musicais (tambores, pandeiros e meia-lua) ao abordarmos conteúdos envolvendo músicas. A avaliação consistiu na participação em todas as atividades bem como na sistematização que realizávamos ao final, com o intuito de compreendermos em que medida as crianças estavam aprendendo. Percebemos que elas ficavam eufóricas sempre que realizávamos algo fora da rotina, como por exemplo uma dinâmica. Além do mais, notamos que aqueles que possuíam

deficiência e dificuldades de aprendizagem, apesar de participarem, ainda não tinham um nível de compreensão considerável em relação aos conteúdos trabalhados, mas demonstraram ter aprendido algo. Nesse sentido, embora tenhamos percebido falta de atividades lúdicas como parte das práticas trabalhadas dentro da sala em que foi realizado o estágio, entendemos que é indispensável a utilização dessas atividades nesse contexto diverso. Para Alves (2004, p.2), "as crianças envolvidas pelas atividades lúdicas sentem-se mais livres para criticar, argumentar e criar. Mas quando estão expostas aos métodos tradicionais de educação onde o aluno nada mais é do que um consumidor de informações prontas". Assim, a ludicidade se tornou uma pauta a ser trabalhada em nosso estágio.

Dessa forma, para além de propor essas atividades, também é necessário que as crianças participem, competindo ao professor e à gestão escolar disporem de práticas pedagógicas voltadas aos seus interesses, buscando desapegarem-se dos métodos tradicionais que não funcionam mais. E, além disso, é fundamental ampliar o trabalho com a linguagem uma vez que ela está estritamente ligada aos indivíduos. De acordo com Rodriguero (2000, p.107), para Vygotsky,

> existe uma interdependência entre pensamento e linguagem. Afirma que sem a palavra não há conceito abstrato, pois ela é o signo mediador. Portanto, o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, ou seja, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sociocultural.

Nesse sentido, evidenciamos também o pensamento de Loris Malaguzzi (1920-1994) que afirma que a criança possui cem linguagens, ou seja, múltiplas formas de pensar, ver o mundo, de se comunicar, expressar e outros. A pedagogia malaguzziana exprime a ideia de respeitar os momentos de cada criança, buscando meios de romper com a padronização que existe em diversas escolas. O Projeto Político Pedagógico-PPP da instituição apresenta como caminho para superação das dificuldades enfrentadas pelos alunos a "diversificação das práticas pedagógicas por meio de diferentes atividades concretas e lúdicas" (Guanambi, 2023 p.162). A partir disso, evidencia-se que, através da relação entre "diversão e aprendizado", a criança tem um leque maior de possibilidade de aprender desde que as propostas envolvam algo do seu interesse.

Em se tratando do profissional de apoio escolar, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência aponta que o acompanhante, "aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal" (Brasil, 2015), faz parte dos direitos das pessoas com deficiência. Também chamado de assistente, ele fornece apoio nas atividades pedagógicas, na supervisão do comportamento dos alunos e possui a incumbência

de ajudar na alimentação, higiene e demais necessidades. Conforme Massud e Leite (2014, p.191), "esse profissional, cuja formação básica a lei não especificou, tem sido muito utilizado e se mostrado extremamente importante para a inclusão dos estudantes com deficiência intelectual na rede regular de ensino".

O estágio foi realizado em uma sala de 3º ano em que havia apenas uma criança com laudo médico e duas em avaliação. Como a lei garante assistente apenas mediante a apresentação desse laudo, tinha apenas uma em sala que, em contrapartida, possuía formação apenas Licenciatura em História. Talvez, devido à importância desse profissional, seja necessário que a lei determine uma formação específica visto que isso proporcionará maior capacitação para que estas pessoas saibam lidar com os alunos PcDs e ajudem da melhor forma possível no que se refere às barreiras e dificuldades encontradas durante o processo de aprendizagem.

Uma alternativa que as instituições que atendem crianças com deficiência devem investir é na elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI). Esse documento é considerado uma metodologia de trabalho colaborativo, pois fornece aos professores diversas informações dos indivíduos, desde as questões da vida cotidiana, médicas e psicossociais, educacionais etc. Nenhum aluno possui um PEI igual, pois cada um tem suas necessidades e especificidades. Assim, a elaboração deve ser feita em conjunto, envolvendo os professores, gestores, colegiado, pais e demais membros da instituição.

Esse documento deve conter os níveis de desempenho do aluno, os objetivos de aprendizagem, o tempo para alcançá-los, ano, idade, grau de desenvolvimento, dentre outras informações. Na escola, campo de estágio, "esse plano é realizado a partir de uma *anamnese*. Tendo o PEI em mãos, todos os profissionais passam a conhecer melhor os estudantes atípicos e daí pensam melhores formas de se desenvolver um trabalho significativo com eles" (Relato de "Buzz", 2024*)*. Para além, a instituição conta com uma sala de recursos multifuncionais, espaço este que é utilizado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em que todas as crianças são atendidas por uma professora[1] e pelo Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO). O AEE, além de ter previsão constitucional, é regulamentado pelo Decreto Federal 7.611/2011 e pela Resolução nº 4 de 2009 do Conselho Nacional de Educação. A partir disso, percebemos que a instituição investe em propostas que beneficiam e validam os direitos das crianças com deficiência.

[1] Não foram obtidos dados relacionados a formação desta professora, se está apta ou não a realizar atendimentos especializados.

Considerações finais

Com a problematização das questões levantadas durante o estágio e após a análise da entrevista e da observação, apontamos as seguintes considerações: em relação ao papel da gestão no desenvolvimento de práticas inclusivas na respectiva instituição, percebemos que a escola já tem conhecimento sobre o que deve ser feito para a promoção de um ambiente inclusivo, contudo ainda há desafios que estão muito além da formação docente. Sendo assim, a prática pedagógica não se resume somente a um currículo, profissional docente, estrutura ou colegiado, mas sim à união de todos esses fatores que, interligados, de forma mútua, resultarão diretamente na formação do cidadão. Se não temos a condição de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para as nossas crianças, não temos autoridade para julgar a indiferença e os preconceitos das próximas gerações.

A pesquisa teve como objetivo compreender como ocorre o planejamento pedagógico voltado para o processo de inclusão das crianças com deficiência e, para além, relatar as vivências e experiências durante o período de observação e regência e como esse processo contribuiu para a nossa formação enquanto futuros docentes.

Concluímos que a escola em que foi realizado o estágio atende a muitas crianças com deficiência, possui uma sala de AEE onde elas são atendidas, além de contar com um PEI para cada aluno/a. Também ficou evidente que o colegiado, a gestão e os professores são engajados em promover discussões à respeito dessa temática por meio das reuniões e encontros de AC e, ao que fora relatado, as dificuldades, necessidades e o planejamento pedagógico para a inclusão das crianças com deficiência ocorrem durante esse tempo.

Vale ressaltar que, apesar de o próprio PPP da instituição enfatizar a necessidade de realizar práticas pedagógicas voltadas para incluí-las, não notarmos muitas ações com esse direcionamento durante o período de observação. Ao levarmos as propostas lúdicas durante a regência compartilhada, percebemos a euforia das crianças, denotando que parecia ser algo fora das suas rotinas. Elas se divertiam e aprendiam à medida em que brincávamos.

A realização da pesquisa em questão, também possibilitou sistematizar muitas informações e discutir essa temática que é de suma importância, pois, é direito das crianças o acesso à educação de qualidade. Essa, por sua vez, deve ser oferecida pela escola que, acima de tudo, precisa ser inclusiva. Destacamos, portanto, a urgência em refletir sobre pontos que ficaram tão latentes.

O processo de inclusão das crianças com deficiência não é algo que começou a ser discutido “ontem” e, mesmo que pareça contemporâneo, ainda há muita coisa que precisa ser

mudada para que de fato haja a inclusão que tanto buscamos. A adaptação do espaço, o desenvolvimento de propostas lúdicas, o da gestão, coordenação, professores e demais membros da instituição de ensino, a assistência, isso ainda é pouco, é o básico, mas já é um grande passo.

Referências

ALVES, Rosilda Maria. Atividades lúdicas e jogos no ensino fundamental. In: **III Encontro de Pesquisa em Educação/II Congresso Internacional em educação**. 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

CORREIA, Jorge Luiz Pereira; SILVA, Alvaro Carvalho Dias da. Aspectos conceituais sobre gestão escolar democrática / Conceptual aspects of democratic school management. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, p. 8432-8446, 2022.

CUNHA, Célio da; FRANÇA, Carla Cristie de. Formação docente: Fundamentos e Práticas do Estágio Supervisionado. Brasília: Cátedra Unesco de Juventude, **Educação e Sociedade**; Universidade Católica de Brasília, 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca** – Espanha, 1994.

FERREIRA, Y. C. D. As dificuldades dos profissionais de enfermagem da Atenção Básica em prestar atendimento à Pessoa Com Deficiência (PCD) auditiva e/ou fala. Brasília: **Rev Científica Instituto Ideia**, v. 8, n. 1, p. 233-250, 2019. Disponível em: https://revistaideario.com/pdf/desm/revista.ideario.13n.01_2019/revista.Ideario.N13.01(2019).233.as.dificuldades.dos.profissionais.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis Pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

MARANHÃO, Diva. **Ensinar brincando:** a aprendizagem pode ser uma grande brincadeira. Wak, 2004.

MARCELINO, Patrícia Vasqui. **A organização dos espaços físicos das instituições regulares de ensino e suas contribuições no aprendizado das crianças portadoras de necessidades especiais**. Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglêr. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Summus, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSUD, Sandra Lucia Garcia; LEITE, Glauber Salomão. Acompanhante escolar e o direito à Educação Inclusiva de crianças e adolescentes com deficiência. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, v. 21, 2022. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/496 . Acesso em: 24 maio 2024.

RODRIGUERO, Celma Regina Borghi. O desenvolvimento da linguagem e a educação do surdo. **Psicologia em Estudo**, v. 5, p. 99-116, 2000.

SERPA, Ivana Almeida et al. A gestão escolar e a formação de professores: interlocuções e possibilidades. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 543-553, Set./Dez. 2020. ISSN 2175- 6600. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9396. Acesso em: 15 maio 2024.